



Revista Brasileira de Geografia Física



Homepage: www.ufpe.br/rbgfe

Água e espaço urbano em Recife. Interesses Sociais e Geopolítica Interna¹

Cláudio Jorge Moura de Castilho²

¹Primeiro resultado de uma reflexão sobre o tema objeto de uma proposta de intercâmbio científico entre o Brasil e a Itália, através da Universidade Federal de Pernambuco e da Università Ca' Foscari di Venezia.

²Professor Doutor do Departamento de Ciências Geográficas, Pesquisador Nível 1 do CNPq, cjmc@ufpe.br autor para correspondência

Artigo recebido em 21/07/2014 e aceite em 13/08/2014

RESUMO

Este artigo é uma tentativa de elucidar a importância das relações da água com o processo de construção do espaço urbano em Recife (Pernambuco) durante a formação histórico-geográfica da cidade, no contexto da problemática global da relação natureza-sociedade. A questão foi abordada, tendo em vista, primeiramente, o período em que água e cidade eram valorizadas como duas dimensões associadas e importantes na vida das pessoas independentemente do seu nível social, no âmbito de uma relação simbiótica. Em seguida, considerou-se o período em que ambas as dimensões começaram a separar-se uma da outra em função, sobretudo, de escolhas sociais ligadas a interesses econômicos que afastavam pessoas de renda mais alta das águas fluviais da cidade. Depois, destacou-se o processo de formação de uma geopolítica interna em torno dos terrenos situados em áreas que margeiam o rio Capibaribe, quando segmentos das classes hegemônicas locais passam a reocupá-los após a remoção de moradores pertencentes às classes subalternas, no contexto de revalorização (capitalista) do espaço urbano. Por último, faz-se uma reflexão sobre possibilidades concretas de mudar o rumo desta lógica de produção do espaço urbano. Este trabalho constitui resultado de pesquisa realizada com base em uma revisão da literatura acadêmica e jornalística sobre o tema em destaque, bem como sobre aspectos empíricos e materiais iconográficos relativos à presença e ao uso da água na cidade.

Palavras-chave: Água e cidade; interesses sociais; geopolítica interna; Recife.

Water and Recife's urban space. Social interests and local geopolitical

ABSTRACT

This paper is an attempt to elucidate the importance of the relationship between water and the urban space process in Recife (Pernambuco State) linked to the historical and geographical formation of the city, in the context of nature-society relationship problem. The text discusses this relationship, firstly, from the period in which water and city were valued as two important dimensions of people's lives regardless their social status, as part of a symbiotic relationship. Second, it takes in account the period in which both dimensions were perceived as separated each others due, mainly, to the social choices linked to economic interests that drove away people belonging to higher incomes from the river areas. Third, it highlights the current process of a local geopolitic around lands located in areas bordering of Capibaribe river, that led sectors of the local hegemonic classes to reoccupy those areas after removing residents from the subaltern classes in the context of (capitalist) revaluation of urban space. Finally, this text accomplish a reflection on concrete possibilities in order to change the direction of this logic of the urban space production. This work was based on an academic and a journalistic literature review about the subject highlighted, as well as an empirical aspects and iconographic materials relating to the presence and use of water in the city.

Keywords: Water and city; social interests; local geopolitical; Recife.

Introdução

De início, admite-se que a negação da natureza nas pesquisas e práticas de gestão do território ainda permanece como uma questão não resolvida, principalmente porque a cidade

(pós) industrial a tem reforçado no curso do seu acontecer. Isso porque, como diz Torre (2013), a ideia de natureza como algo estranho aos contextos humanos é funcional ao modelo econômico em que predominou,

principalmente, uma postura de explorar a natureza de maneira ilimitada.

Todavia, não obstante a permanência desta questão, na realidade, as relações de vizinhança entre sociedade e natureza nunca deixaram de existir, devendo ser retomadas se se deseja uma gestão sustentável das paisagens dos territórios vividos tanto na cidade como no campo.

Que se trate da natureza abiótica ou viva, ambas necessitam de uma reflexão profunda para o exercício de uma gestão sustentável. [...] A responsabilidade dos poderes locais deve comprometer-se com a criação de um ambiente de qualidade e com a proteção dos ecossistemas. [...] A proteção da natureza contribui para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e engajamento dos cidadãos e das cidadãs frente à comunidade. (VEYRET, 2006, p.79) (tradução livre)

Mas, o debate em torno da necessidade de revalorizar as relações de vizinhança entre sociedade e natureza, reaproximando estas duas dimensões da vida na Terra, no âmbito dos estudos e da gestão do território, possui como objetivo principal o resgate da beleza das paisagens geográficas. Para isso, deve-se enfrentar o problema posto abaixo:

O campo do ambiente urbano está fortemente preocupando os atores operacionais da cidade. [...] Entretanto, raros são os grupos de pesquisa ou os cursos de geografia que, neste contexto renovado, apreenderam os vínculos entre o urbano e o ambiente como objeto central, como se esta temática não fosse digna de uma reflexão científica e conceitual. [...] Paralelamente, a emergência de uma 'ecologia humana' e do poder institucional do urbanismo e do *aménagement* que procuram constituir-se como disciplinas científicas autônomas, levaram a desqualificar a especificidade das abordagens geográficas sobre este tema e a esquecer sua riqueza. (DORIER-APRILL, 2006, p.11) (tradução livre)

Retoma-se, portanto, a problemática supra indicada mediante a análise do papel das águas – em especial do rio Capibaribe – no processo de urbanização em Recife, ressaltando suas estreitas relações simbióticas durante os primeiros tempos da formação histórico-geográfica do Brasil; o abandono das áreas próximas ao Rio pelas classes hegemônicas, dando início ao processo de negação da natureza, notadamente a partir da segunda metade do século XIX; e o retorno do interesse dessas mesmas classes sociais por essas áreas, no atual contexto em que a natureza passa a ser revalorizada, ainda que como mercadoria, fazendo valer os interesses dos mercados imobiliário e financeiro.

A revalorização da natureza, processo ligado às atuais vicissitudes econômicas, suscita a implementação de um conjunto de ações das classes hegemônicas locais visando à reocupação das áreas que margeiam o rio Capibaribe. Desse modo, essas classes reorganizam o espaço, pressionando os poderes públicos instituídos no sentido de facilitar a construção dos seus luxuosos condomínios residenciais e, sobretudo, a fixação da infraestrutura necessária para viverem na cidade, depois, é claro, da remoção dos pobres que moravam em palafitas e/ou favelas da área.

Estas ações reforçam a configuração de uma geopolítica interna¹ na medida em que

¹ Criado por geógrafos franceses, o conceito de geopolítica interna “[...] refere-se a um conjunto de

desencadeiam conflitos territoriais em torno do rio Capibaribe, encorajados pelos interesses, sobretudo, imobiliários e financeiros, com o apoio da instância local do Estado brasileiro – municipal – que é a mais próxima das pessoas, causando uma série de problemas na vida das populações removidas.

Por isso, o objetivo central deste artigo é o de elucidar a problemática da separação natureza-sociedade através do estudo das relações do rio Capibaribe com o processo de construção da cidade do Recife, no sentido de sensibilizar o conjunto da sua população para reaproximar essas duas dimensões fundamentais à vida sustentável na Terra, resgatando a beleza do espaço. Isso pode ser ampliado pela ideia da necessidade de:

[...] contribuir também para o reforço das bases culturais para dar continuidade às resistências, desconstruindo a inconsequente visão utilitarista, insaciável quanto à sua fome de solo. Há necessidade em suma de ‘outras geografias’ em que o objetivo proeminente seja preencher o vazio informativo relativo ao tumultuoso reformular-se formal e informalmente inerentes aos novos espaços da cotidianidade, nos quais se estabelecem com frequência conflitos sociais não resolvidos, medo, transtorno residencial, degradação das qualidades ecológicas, negando de todo a

estratégias procedentes das forças, dos grupos, dos atores em relação aos territórios desde a escala local (o bairro, a cidade, o município) até a escala regional (o estado federado) e a escala nacional (a União). A abordagem geográfica visa, então, segundo Yves Lacoste, promover: ‘um conjunto de rivalidades essencialmente políticas que possuem relação direta com o território. Trata-se de rivalidades entre as forças políticas que buscam, cada uma em detrimento das outras, ampliar ou manter diversas formas e graus de poder sobre populações que se encontram no território cujo controle é disputado... A delimitação do território é o fim e o meio dessas estratégias rivais, que organizam o espaço em seu favor e em detrimento dos seus adversários’ “. (REVEL-MOUROZ, 1989, pp.15-16)

escuta das vozes de quem crê mais no bem-estar do que no simplesmente ter. (VALLERANI, 2013a, p.11) (tradução livre)

Esse tema tornou-se atualmente muito importante no âmbito da reflexão sobre a gestão e a qualidade dos territórios que dão suporte aos ambientes construídos próximos às águas da cidade, reforçando a construção de “outras geografias”.

Estas questões condensam os enunciados fundadores das problemáticas que não cessarão de inspirar a geografia humana e a *ecologia humana*, cujo objeto é menos a terra do que as relações que os homens estabelecem com ela, desde a Antiguidade. Aliás, as questões explicitadas [...] são todas de natureza relacional. (RAFFESTIN, 2012, p.23) (tradução livre, itálicos no original)

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa resulta, principalmente, de uma revisão da literatura – ao mesmo tempo acadêmica e jornalística – existente acerca do tema em epígrafe, bem como da observação e interpretação das dinâmicas atuais relativas ao uso da água para fins imobiliário-financeiros em territórios vividos em Recife. Quando começamos a refletir de maneira mais próxima sobre o tema das relações natureza-sociedade através da análise do uso de espaços próximos do rio Capibaribe, tivemos a honra de dialogar com o Colega francês Claude Raffestin e de proferir palestra sobre o assunto durante uma missão científica na Itália entre março e abril de 2014.

Rio e espaço urbano: Era uma vez uma estreita relação simbiótica

É fato notório que as águas e os objetos espaciais construídos pelos homens fazem parte do *sítio urbano* do Recife: rios, lagoas, canais e ilhas (figura 1), bem como pontes e *waterfronts* fluviais e marinhos (figura 2) constituem elementos marcantes na paisagem local, os quais, em seu conjunto, têm reforçado a representação histórica de Recife como uma “Veneza Brasileira” tanto no Brasil como no exterior.

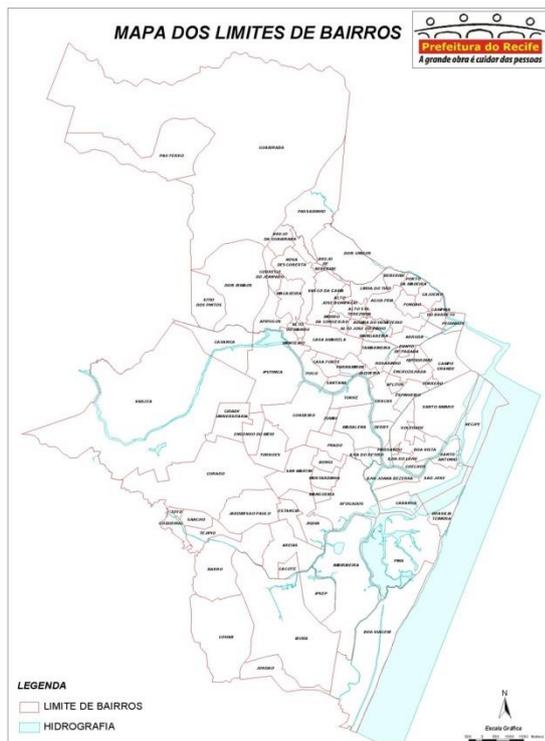


Figura 1 – RECIFE e seu *sítio urbano* – Rios, lagoas, ilhas, litoral, mar, etc. Fonte: Prefeitura do Recife, 2005.

Além dos elementos físicos supracitados, pode-se notar em Recife, ao mesmo tempo, aspectos relativos ao uso



Figura 2 – RECIFE – Aspectos do centro histórico da cidade – Rio, pontes, ilhas, *waterfronts*, etc. Fonte: Google, Fevereiro de 2014.

simbólico das águas no processo de formação das paisagens do espaço urbano local. (figura 3) Trata-se de formas de uso que, em sua

complexidade, possuem condições de religar a sociedade à natureza, sobretudo, na medida em que estas formas contribuem decerto para o reforço de sentimentos de pertencimento à cidade.



Figura 3 – RECIFE – Uso do rio Capibaribe durante algumas manifestações culturais da cidade. Fonte: Google, Fevereiro de 2014. Nota: Carnaval (imagem superior) e Procissão Religiosa (inferior) sobre as águas do Capibaribe, ressaltando a dimensão simbólica deste aquífero na cidade.

De acordo com Castro (1957), assim como Heródoto dizia que o Egito era um dom do rio Nilo, tendo sido a terra, a economia e a religião verdadeiros frutos das suas águas,

Também Recife – essa pitoresca cidade, discreta e envolvente – é um dom dos seus rios. Das águas dos seus rios encontrando as águas do mar, formando bancos de pedras – recifes. Rios que deram origem à cidade e

foram importantes fatores de sua história. Rios nativistas [...] que ajudaram a expulsar da pátria o invasor holandês [sic]. Rios valentes, aos quais o cabôclo [sic] do nordeste empresta em sua fantasia, uma alma impetuosa e violenta, de quem nasce predestinado à aventura. Alma igual à do próprio cabôclo. Rios que vêm de muito longe, disfaçando no acaso de seus coleios, a ância [sic] de se encontrarem. (CASTRO, 1957, p.17)

As relações entre água e cidade derivam, em Recife, de um passado no qual as populações – independentemente do seu nível de renda – estavam “juntas” e mais vinculadas ao Capibaribe, reforçando a realidade de uma aproximação simbiótica entre natureza e sociedade. Isso acontecia tanto do ponto de vista econômico como do social e cultural. Segundo Villaça (1998), esse rio era lugar de usos e atividades humanas, dentre os quais se destaca: (a) captura de água potável; (b) tratamento de doenças; (c) banhos como lazer; (d) transporte (incluindo uso da *canoa* indígena) formando pequenos portos em pontos situados no curso do Rio; (e) segunda residência em suas margens; (f) convivência entre ricos e pobres, bem como lugar para as conversas do dia a dia.

Sobre os aspectos acima colocados, Lins (1986) havia notado muito antes, que esta harmonia do homem com suas águas, no Nordeste do Brasil, era essencial para a permanência da continuidade em termos da qualidade ambiental – enquanto natureza e sociedade – sustentando que:

Ainda no século XIX gente ilustre do Recife [...] fazia-se fotografar a bordo de botes cenográficos. Não só como água de beber mas para limpeza doméstica e a barreira de roupa, principalmente para a lavagem de louças e

panelas tanto de casas-grandes como de senzalas, concorreram esses rios prestimosamente. Como vias de transporte e comunicação a importância deles, muito grande nos primeiros tempos [...] somente era limitada pelo fato de serem rios comumente de leitos pedregosos nos médios e altos cursos. (Ibidem, p.150)

Além disso, considera-se também que:

Até a primeira metade do século passado [...], era nos rios que, à maneira dos índios e dos negros, tomava banho a gente das casas-grandes, por higiene e por recreação. Não foi pequeno o número de casas-grandes construídas, nos primeiros tempos, com a frente voltada para o rio; [...] o banho de rio era o banho elegante e despojado, aliás, de preconceitos e até de alguns velhos pudores. (Ibidem, p.151)

Isso acontecia, sobretudo, no período que se estendia do século XVIII até à metade do XIX, em que as relações simbióticas do rio com a cidade estruturaram muitos ambientes em Recife, reforçando, assim, a representação da cidade como “Veneza brasileira” em muitos sentidos. Todavia, a aceleração da expansão urbana conforme a lógica do crescimento econômico industrial, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, detonou o dismantelamento da estrutura urbana em que água e gente achavam-se simbioticamente próximas.

Rio versus cidade: Oposição entre Natureza e Sociedade

O dismantelamento das relações simbióticas em epígrafe, no contexto da oposição natureza-sociedade que tem reforçado a crise ambiental, deveu-se principalmente à concretização da lógica do crescimento econômico negando a natureza e,

por conseguinte, desconsiderando a promoção da qualidade de vida. Desse modo, essa prática, também, desrespeita os ambientes vividos pelas classes sociais mais pobres que ocuparam parte das áreas abandonadas pelas classes hegemônicas, dificultando a formação de qualquer sentimento de pertencimento capaz de reforçar não só a construção de *outras geografias*, mas, ao mesmo tempo, de outras práticas de produção de territórios.

Neste sentido, pode-se afirmar que a produção do território, seguindo a lógica anteriormente ressaltada, praticamente “apagou” paisagens historicamente construídas pelas classes subalternas, mas também pelas classes hegemônicas da cidade. Isso aconteceu com a: (a) expansão da rede ferroviária (século XIX) e rodoviária (séculos XIX/XX) (figura 4) negando, por exemplo, a existência da rede hidrográfica utilizada há séculos; (b) desvalorização do banho de rio em relação ao de mar, causando o abandono das áreas próximas ao Rio (meados do século XIX) pelas classes hegemônicas da sociedade local, buscando ocupar a orla marítima (primeiro em Olinda, e depois em Boa Viagem); (c) ocupação das áreas baixas pelos pobres, construindo, eles mesmos, seus mocambos, palafitas, favelas (figura 5), sobretudo, quando as classes hegemônicas deram as costas para o Rio; e (d) transformação do Rio em *esgoto a céu aberto* tanto para dejetos humanos como industriais (figura 6).

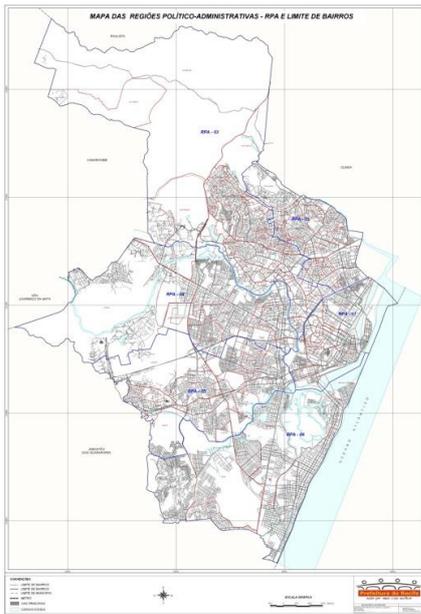


Figura 4 – RECIFE – A rede rodoviária superposta sobre a hidrografia. Fonte: Prefeitura do Recife, 2005. Nota: a hidrovia poderia ter continuado a ser usada como via de transporte, tal como acontecia nos primeiros tempos.



Figura 5 – RECIFE – Palafitas em trecho do rio Capibaribe. Fonte: Google, Fevereiro de 2014. Nota: trata-se de um tipo de ocupação que permanece na história urbana local.



Figura 6 – RECIFE – Descarga de águas usadas no rio Capibaribe. Fonte: Google, Fevereiro de 2014.

Após ter-se dedicado atenção às imagens acima, pode-se supor que a oposição natureza-sociedade tem encorajado posturas baseadas na ausência de respeito para com a complexidade de diversos ambientes vividos no contexto da (super) valorização econômica do espaço urbano. De fato, convém ressaltar que:

Desde o fim do século XIX, as cidades desinteressaram-se pelos cursos d'água, exceto para protegê-los, as formas extremas representaram-se pela 'retificação' dos cursos d'água e a implantação de vias sobre suas margens tornando-os invisíveis para uns e inacessíveis para outros. (VEYRET, 2006, p.69, tradução livre)

Durante os anos trinta do século passado, esta problemática relativa à negação da natureza, no âmbito do processo de produção do espaço urbano, não deixou de ser percebida pela literatura local. No caso específico das relações do homem com a água

presente na região na qual Recife se localiza, leva-se em consideração o seguinte:

[...] o que há hoje de patológico nas relações do homem com a água do Nordeste dos canaviais não se limita a essa contaminação dos rios [...]. Resulta [...] do desprezo do homem poderoso da região pela água do rio. O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório [...] das caldas fedorentas das suas usinas [...] que matam peixes. [...] Emporcalham as margens. [...] As casas já não dão a frente para a água dos rios: dão-lhes as costas com nojo. [...] As moças e os meninos já não tomam banho de rio: só banho de mar. Só os moleques e os cavalos se lavam hoje na água suja dos rios. O rio não é mais respeitado pelos fabricantes de açúcar, que outrora se serviam dele até para lavar a louça da casa, mas não o humilhavam nunca, antes o honravam sempre. [...] Faziam das pontes e dos cais seus recantos preferidos de conversa, noite de lua no Recife. [...] E esses rios [...] engolindo os mucambos dos pobres que ainda moram pelas suas margens e ainda tomam banho nas suas águas [...] pardas como se o mundo inteiro mijasse ou defecasse neles. [...] Pouca gente acredita que o passado dos rios do Nordeste tenha sido tão bonito e tão ligado à nossa vida sentimental. Mas foi. (FREYRE, 1986, pp.36-37)

Por outro lado, a industrialização na região Nordeste do Brasil utilizou: “[...] *técnica ainda rude, brutalmente privatista, sem consideração pelo bem-estar geral das populações e pela necessidade de conservar-se o equilíbrio ecológico*” (LINS, 1986, p.150), agravando ainda mais a problemática ambiental na cidade. Da mesma maneira, Andrade (1979) havia destacado a degeneração dos rios pela poluição industrial, retirando desses ambientes fluviais seus aspectos úteis inerentes aos primeiros tempos, tais como: fonte de abastecimento de água para as habitações, de alimentos e local de lazer/banho.

Integrando o conjunto de problemas acima ressaltados no âmbito de uma discussão muito mais ampla, Melo (1978, p.241) considerou que, em “área economicamente deprimida” como Recife, o meio ambiente torna-se muito mais afetado pelas chamadas “deficiências do saneamento básico”.

Geopolítica interna: Conflitos Territoriais em torno do Rio Capibaribe

A aceleração do processo de valorização econômica do espaço urbano em sua totalidade pode ser explicada pela própria essência da lógica do sistema capitalista que a norteia, estimulando o estabelecimento de conflitos territoriais para concretizá-la. Trata-se, enfim, de um processo de valorização capitalista do espaço, a qual:

[...] é, antes de tudo, uma relação capital-espaço. [...] o espaço é uma condição geral de existência e produção da sociedade. Sendo assim, sob a hegemonia das relações capitalistas, o espaço (e tudo o que ele contém) aparece para a produção como parte do valor, expresso sob forma de capital constante. Tomando uma produção individual qualquer, pode-se observar que ela se desenvolve *ocupando* uma certa parcela do espaço. [...] A outra relação que se estabelece entre essa produção e o espaço se refere a este como capital social geral [...]. O espaço, portanto, sob o capitalismo, é capital como condição e como meio de produção. [...] Dessa forma, a história do capitalismo nada mais é, nesse sentido, que um processo histórico de privatização crescente de porções da superfície terrestre e de tudo que ela contém. (MORAES & COSTA, 1984, pp.159-160)

No plano da dimensão ambiental, esse processo de produção do espaço acha-se submetido ao próprio modelo latino-americano de valorização capitalista do espaço, tendo isso implicado em:

[...] um gradativo empobrecimento relativo dos territórios onde se instalou, uma destruição da riqueza natural sem uma agregação de valor ao solo compatível com a riqueza retirada. [...] O território colonial [a ser sempre conquistado] é visto como um ‘espaço a se ganhar’, a submissão ‘civilizatória’ de uma natureza bruta que engloba as populações autóctones. [...] Tal visão permanece forte ao longo da formação cultural das nações latino-americanas. Mesmo com os processos de emancipação política já realizados, as elites permanecem pensando seus países como espaço a se ganhar (o povo sendo visto como instrumento dessa ação). [...] Age-se como se o fundo territorial fosse inesgotável, apesar dos exemplos de degradação absoluta de recursos que a frente pioneira já deixou em retaguarda. (MORAES, 1997, p.37)

A privatização do espaço, sob o imperativo da conquista permanente de território, é acelerada, principalmente, por causa da necessidade do enfrentamento do problema da escassez de terrenos para favorecer a expansão territorial dos interesses imobiliário-financeiros das classes hegemônicas que precisam continuar expandindo-se no espaço; o que tem reforçado as lutas pela reconquista, hoje também, de áreas revalorizadas que se acham próximas dos cursos d’água.

Depois de ter ocupado quase todos os terrenos situados na orla marítima da cidade – bairros Pina, Boa Viagem e, em andamento, Brasília Teimosa – as classes hegemônicas concentram-se, hoje, na reocupação e/ou expansão dos seus interesses também sobre terrenos que se localizam nas margens do rio Capibaribe. Isso vem ocorrendo de maneira mais célere, sobretudo, a partir do final do século XX, quando elas constroem seus territórios também em áreas que margeiam o

Rio². Em assim sendo, elas se reaproximam novamente das áreas em processo de valorização capitalista vizinhas ao Rio, ampliando suas territorialidades³ pelo que se retorna ao uso da representação de Recife como “Veneza Brasileira”. Com efeito:

A integração dos riachos e dos rios ao planejamento urbano tem sido largamente defendida nos dias de hoje. [...] Frequentemente, a reabilitação começa pela reutilização das vias sobre as margens desses cursos d’água, antes da implementação de programas combinando as funções terciárias, recreativas e residenciais, o que vem provocando com frequência o aumento do valor dos terrenos e dos imóveis e, portanto, a substituição de populações de rendas mais baixas por populações de rendas superiores. (VEYRET, 2006, p.69, tradução livre)

Entretanto, visto que muitas destas áreas tinham sido ocupadas pelas classes subalternas da sociedade (figura 7), o retorno das classes hegemônicas (figura 8) tem acelerado conflitos estabelecidos entre as territorialidades em embate. Essas áreas,

² Neste texto considera-se que: “O território é engendrado a partir do espaço, ele é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível que seja. Apropriando-se concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) de um espaço, o ator ‘territorializa’ o espaço. [...] O território, nesta perspectiva, é um espaço sobre o qual se projetou trabalho, bem como energia e informação, e que, por conseguinte, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão construída pelos próprios homens.”. (RAFFESTIN, 1980, p.129, tradução livre)

³ No que concerne à territorialidade, visto que o espaço geográfico é produzido por um conjunto de relações: “[...] a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que nascem no seio de um sistema tri-dimensional sociedade-espaço-tempo em vista de atingir a maior autonomia possível compatível com os recursos do sistema. [...] As relações que a constituem podem ser simétricas ou dissimétricas, isto é, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. [...] A territorialidade manifesta-se em todas as escalas espaciais e sociais [...] e poder-se-á dizer que ela é [...] a ‘face vivida’ da ‘face praticada’ do poder’ ”. (Ibidem, pp.145-6, tradução livre)

apesar de fazerem parte do patrimônio ambiental citadino, tornam-se a partir de então, espaços em que se concretizam a combinação das ações voltadas para a consolidação da valorização capitalista do espaço urbano: arborização da área, bem como a fixação da infraestrutura esportiva e recreativa para os novos habitantes (figura 9)

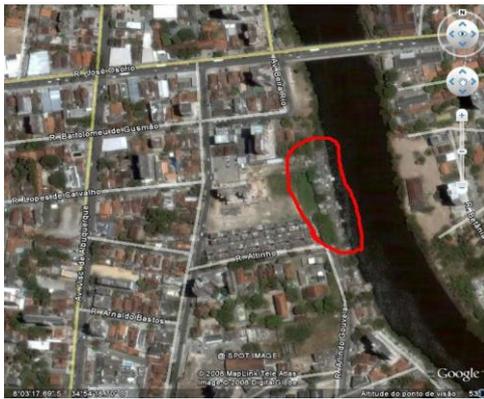


Figura 7 – RECIFE – Situação da habitação que existia em trechos das margens do Rio, hoje avenida Beira Rio (bairro Torre) antes da remoção das palafitas. Fonte: Leandro e Castilho (2011).



Figura 8 – RECIFE – Arranha-céus construídos e em construção na avenida Beira Rio, orla fluvial do Capibaribe, após a remoção das palafitas. Fonte: Arquivo pessoal do autor (Fevereiro de 2014). Nota: esse processo de “gentrificação” tem mais ou menos oito anos.





Figura 9 – RECIFE – Infraestrutura esportiva e recreativa fixada na avenida Beira Rio (Torre) após a remoção das palafitas. Fonte: Arquivo pessoal do autor (Fevereiro de 2014).

Estas novas paisagens, reordenadas através de ações urbanísticas de renovação territorial na avenida Beira Rio, são, portanto, exemplos muito recentes que representam o processo de revalorização da natureza como mercadoria. Em outras palavras, nota-se a expansão da gentrificação seguindo também a direção do Capibaribe, rio mais importante da cidade. Não se vê significativas diferenças do ponto de vista ideológico entre o caso em epígrafe e o que aconteceu em França no século XX, sob o discurso de “Reconquista Urbana de Paris”, segundo o qual:

[...] o programa que a cidade de Paris batizou de ‘reconquista’ urbana de Paris consiste em uma série de operações de conservação, reabilitação e renovação, iniciativa pública que (tanto no plano financeiro quanto no administrativo) se propôs a mudar a ocupação do espaço em numerosos bairros parisienses. [...] A reconquista de Paris que se desejava que fosse a continuação histórica da obra de Haussmann está a ponto de acontecer em todos os planos e, em particular, no plano político. (CASTELLS, 1977, p.360, tradução livre)

Concomitantemente, este último autor reconheceu neste mesmo trabalho, que o conjunto de ações urbanísticas acima citadas tinha como propósito principal “apagar” os chamados bairros populares da cidade de Paris, deixando o espaço livre para sua reconquista pelas classes hegemônicas daquela cidade.

O Estado, por sua vez, e como sempre, desempenha papel importante neste processo, mesmo que tendo sido recentemente apropriado, no Brasil, por políticos ditos de “esquerda” desde o ano 2001. A este propósito, vale a pena ressaltar que:

Não há mais nada ou quase nada que distinga a ‘esquerda’ da ‘direita’ no âmbito da política econômica, ou da política em geral, contudo, por consenso compartilhado pela direita e esquerda, aquelas políticas não são de direita ou de esquerda, mas simplesmente ‘boas’. [...] Segundo uma linha alternativa de pensamento a uma oposição tradicional, ser de ‘esquerda’ significa fazer de modo mais completo o trabalho que a ‘direita’ considera necessário mas que não consegue fazê-lo bem. É o *New Labour* de Tony Blair que fundamenta institucionalmente estas ideias, as quais foram esboçadas por Margaret Thatcher para quem ‘a sociedade não existe, existem indivíduos e famílias’, no âmbito de um processo carregado de individualismo, privatização e desregulamentação desenfreados. (BAUMAN, 2011, p.52, tradução livre, itálicos no original)

Direita ou esquerda, portanto, ambas as tendências seguem a mesma racionalidade que continua a acontecer nos dias atuais, achando-se de maneira subterrânea, difusa e global em todas as dimensões da vida humana. Trata-se, assim, do neoliberalismo que coincide com o próprio capitalismo. Desse modo,

O neoliberalismo [compreendido como racionalidade econômica e de governo] não é uma simples destruição regulativa, institucional, jurídica, é igualmente *produção* de um certo tipo de relações sociais, de formas de vida, de subjetividade. Dito de outra maneira, o que está em jogo com o neoliberalismo é nada mais nada menos do que a forma da nossa existência, isto é, o modo global que nos conduz a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos [bem como com os nossos ambientes de vida]. O neoliberalismo define uma forma de vida precisa nas sociedades que empreenderam o caminho da suposta modernidade. Esta norma impõe a cada indivíduo ideias como a de que cada um vive em um universo de competição generalizada, no âmbito de uma guerra econômica, e organiza relações sociais segundo o modelo de mercado que chega a fazer com que esses indivíduos se vejam, eles mesmos, como uma empresa. (DARDOT e LAVAL, 2013, pp.7-8, tradução livre)

É neste contexto histórico em que também os ambientes vividos em sua complexidade – enquanto, simultaneamente, natureza e sociedade – ficam sujeitos aos imperativos da lógica da racionalidade neoliberal, rompendo fronteiras nítidas entre posturas ideológicas diversas, muito embora a ideologia ainda continue importante.

Nos últimos anos, nota-se a retomada das obras de reutilização do rio Capibaribe, também, como via para o transporte coletivo (figura 10), articulando a rede hidrográfica à rodoviária. Porém, o projeto que pretende concretizar este programa não está sendo discutido com os habitantes das classes subalternas que moram nas favelas e palafitas que se localizam nas margens do Capibaribe.



Figura 10 – RECIFE – Rio Capibaribe, hidrovia e territórios vividos. Fonte:

Programa de Navegabilidade do Rio Capibaribe e Estudantes do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano-MSEU/UFPE (2013). Nota: o MSEU localizou os territórios dos pobres que se acham em áreas próximas às margens do Rio, a fim de desenvolver trabalhos de *comunicação* junto às pessoas que serão atingidas pelo Programa de Navegabilidade do Rio Capibaribe.

Ademais, vê-se que, mais uma vez, não se obedece à própria Lei Maior do Brasil, isto é, à sua Constituição Federal, bem como aos instrumentos legais que foram regulamentados com base nesta Lei, segundo a qual:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. §1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. §2º A propriedade urbana cumpre sua

função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. §3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. (BRASIL, Art. 182).

A desobediência desta Lei é, também, reforçada pelos imperativos vinculados à racionalidade neoliberal. Por isso, pensa-se que, sem a urgente e necessária pressão social, todos os territórios em epígrafe serão violados e, por conseguinte, suas populações serão expulsas sem a garantia da justa compensação prevista na Lei.

Por detrás das ações postas em práticas pelas classes hegemônicas acha-se o propósito de promover a “higienização” das áreas atingidas pelos projetos da administração pública local, reforçando o retorno da representação de Recife como “Veneza Brasileira”. Mas Veneza Brasileira para quem? Para todos? Ou para ratificar as territorialidades das classes hegemônicas? Essa reflexão leva-nos a elucidar a essência do que efetivamente significa territorialidade. A territorialidade, ademais, é:

[...] composta de três elementos: sentido de identidade espacial, sentido de exclusividade, compartilhamento da interação humana no espaço. [...] nós pensamos que a análise da territorialidade só é possível através da apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto socio-histórico e espaço-temporal. [...] A territorialidade siciliana é uma longa luta para preservar uma diferença, mas é uma luta desgastante contra o Norte da Itália. O poder do Piemonte não apagou a identidade siciliana, sequer alterou as relações ancestrais, porém ele bloqueou a evolução da territorialidade ao mesmo tempo em que foi modificado por esta relação desgastante. Se o Norte [as classes hegemônicas no contexto do nosso artigo] impôs à Sicília uma relação assimétrica no plano econômico, por outro

lado a Sicília [às classes subalternas], impôs ao Norte uma relação conflitual no plano político. (RAFFESTIN, 1980, pp.146-7, tradução livre)

Não obstante esse contexto histórico atual no qual a racionalidade neoliberal do capitalismo reforça, agora de maneira mais célere e instantânea, o maior saque do Planeta Terra, desde o início da sociedade industrial, passando a explorá-lo, e destruindo todas as dimensões da vida,

[...] as destruições em curso colocaram em prática a reação e mobilização de uma multidão de homens em cada ângulo do planeta. [...] Uma massa de milhões de pessoas, sem ligações, disseminada em âmbitos longínquos, está em luta para defender os seus próprios direitos e os direitos da Terra. [...] Está-se preparando alguma coisa de verdadeiramente forte. [...] Não se trata somente dos pobres, mas de pessoas de todas as raças, de todas as classes sociais e de todos os lugares do Mundo’. E isso também é o sinal de uma nova hegemonia que, apesar das dificuldades enfrentadas, vem se construindo de maneira magmática e fragmentada. É preciso começar a dar-lhe forma, visibilidade, modos para afirmar-se e tornar-se um imaginário dominante. (BEVILACQUA, 2011, p.60, tradução livre)

Este último ponto leva-nos, portanto, à questão do nosso papel como Universidade nos processos de resistências e lutas voltadas para a proteção e expansão dos direitos constitucionais em vista da reconquista do respeito para com as pessoas e, conseqüentemente, para com seus ambientes historicamente tecidos. Isso, como se disse Castilho (2013), no sentido de promover o reenvolvimento das pessoas com os seus respectivos ambientes em todas as escalas da sua vida.

A esperança – reações das classes subalternas

Deve-se, então, reforçar as possibilidades existentes no conjunto dos territórios vividos das cidades no sentido da elaboração de uma visão e, simultaneamente, de práticas alternativas vinculadas à necessidade urgente de reorganizar a presença humana na Terra, considerando a necessidade urgente da reaproximação do homem com relação aos demais elementos da natureza.

Com efeito, tem-se que considerar a humanização no que tange ao lidar com a complexidade dos ambientes tecidos a partir do conjunto dos territórios e das territorialidades presentes no espaço geográfico. No caso específico dos cursos d'água, por que não pensá-los como ambientes efetivamente vinculados à vida das pessoas tal como ocorria nos primeiros tempos do processo de formação histórico-territorial da cidade do Recife? Nesta perspectiva, o projeto de Navegabilidade do Rio Capibaribe poderia ser interessante na medida em que fosse implementado, vinculando-o, ao mesmo tempo, aos territórios vividos pelas populações pertencentes às classes sociais subalternas que se localizam nas margens do Rio. Desse modo, ele seria socioambientalmente pertinente.

Na Europa, ademais, segundo Vallerani (2013b), muitos rios de cidades importantes estão sendo recuperados como “corredores culturais”. Trata-se de um

conjunto de ações que valorizam as áreas que margeiam os cursos d'água, como alternativa ao “turismo de massa” o qual devora as paisagens. A formação desses corredores culturais aproveita-se das *rugosidades* presentes nestas áreas, engendrando o reequilíbrio ambiental e, ao mesmo tempo, espaços de recreação, antes, para os moradores locais. Com isso, pode-se melhorar a qualidade ambiental do cotidiano dessas pessoas, tornando as paisagens mais belas. Enfim,

Humanizar o espaço vivido diz respeito não somente ao cuidado com a dimensão fisionômica dos lugares, mas reencontra possibilidades de satisfação no âmbito da própria territorialidade, recuperando o prazer antigo das relações sociais favorecendo o sentido de pertencimento. [...] Como ponto máximo, acrescentaríamos que [...] as pessoas sentir-se-iam contentes de viver [...]. (VALLERANI, 2013b, p.119, tradução livre)

Este último autor ainda considera que a perspectiva acima citada faz-se importante na medida em que ressalta o patrimônio paisagístico dos lugares, a qualidade da água, a expansão de áreas verdes, etc., promovendo enfim a satisfação de morar no lugar como um ambiente saudável. Para isso, é necessário,

[...] reelaborar conceitualmente a participação das comunidades humanas no âmbito das comunidades ecológicas, ressaltando o fato que as primeiras deveriam fazer parte das segundas; não se trata somente de interromper os comportamentos destrutivos, mas ao mesmo tempo de por termo à profunda fratura histórica existente que não foi resolvida ao nível do pensamento crítico do último século. (TORRE, 2013, p.15, tradução livre)

Acredita-se, portanto, seguindo reflexões de Harvey (2004) e Castells (2013), que, apesar das suas diferenças em termos de *visão de mundo*, os movimentos sociais possuem força e, por isso, são capazes de reagir para combater a lógica da racionalidade neoliberal que vem norteando a produção dos territórios vividos a partir dos quais os ambientes humanos são tecidos. Para o que é necessário ressaltar não somente a criação de um “tipo de academia”, mas, concomitantemente, dizemos nós, de um tipo de cidadãos que se torne:

[...] ‘Sofredores pela Paisagem’, cuja finalidade deveria ser o protesto civil, o empenho político, a missão ambientalista, o despertar da indignação, a mobilização das consciências. Na realidade, [...] vale a pena reforçar o crescente envolvimento de espíritos atentos, fazendo ainda valer seu senso crítico, empenhados a recriar sérias e tocantes motivações críticas ao modelo de desenvolvimento em vigência [...] o qual, se por um lado teve o grande mérito de elevar a economia do País melhorando as condições de vida dos seus habitantes, por outro não mostrou nenhuma preocupação e atenção para com o problema da distribuição dos seus danosos efeitos colaterais. (VALLERANI, 2013a, p.123, tradução livre)

Este tipo de cidadão deve fazer-se presente em todos os lugares do mundo tal como admitiu Bevilacqua (2011), através dos seus movimentos sociais. Isso, contra posturas simples e autoritárias inerentes à implementação dos projetos que, norteados pelo crescimento econômico a todo custo próprio da atual racionalidade neoliberal, tornaram-se responsáveis pela violação dos territórios de vida das populações pobres, removendo-as dos seus territórios e

desmantelando seus ambientes vividos sem respeitar as garantias legais construídas na história da cidade.

Alguns moradores, principalmente quando ameaçados, começam a perceber e discutir o problema da sua remoção e a organizar suas ações, nos seus próprios territórios, contra o simplismo e autoritarismo das obras urbanísticas ligadas a interesses distantes das suas necessidades reais de existência. O caso das reuniões ocorridas no segundo semestre do ano de 2013, na Vila Santa Luzia (Torre), para discutir a perspectiva da remoção de parte dos seus moradores pela construção de uma das estações hidroviárias previstas no Projeto de Navegabilidade do Rio Capibaribe e pelo alargamento das ruas locais visando à articulação do sistema hidroviário ao rodoviário de transportes, é um exemplo claro do *cidadão sofredor pela sua paisagem*, que está buscando reagir contra a negação do seu direito à cidade.

Não obstante o avanço verificado – identificação do problema, discussão e mobilização social –, tais ações ainda não são capazes de pressionar a administração pública local de maneira mais forte, sobretudo porque, como dito acima, a mobilização se acha limitada à escala local do seu acontecer. Nesse sentido, faz-se necessário que a pressão social extrapole esta escala de ação a fim de chegar ao nível da cidade, exigindo, pelo menos, a rediscussão do projeto,

democratizando a gestão pública. E, ao mesmo tempo, propondo e empurrando possíveis contraprojetos garantidores dos seus reais interesses.

Nota-se, entretanto, a permanência da fraqueza das mobilizações sociais no sentido da capacidade de extrapolar a escala local dos seus problemas. Isso pode ser explicado, também, pela difícil situação da sua vida cotidiana, bem como, paralelamente, pela assimilação dos discursos da racionalidade neoliberal presente, hoje, em toda parte. Em outras palavras, os projetos ligados às territorialidades das classes hegemônicas são percebidos, também pelos próprios pobres, como garantidores dos seus interesses.

Diante do que se acabou de colocar, indaga-se em que medida a Universidade – nós – estamos cumprindo com nosso papel de, em constituindo um tipo de *acadêmico sofredor pela sua paisagem*, contribuir para a resolução desse problema que é crucial para o resgate da beleza das nossas paisagens. Acredita-se que isso pode ser concretizado por meio da realização de atividades de *comunicação* (CASTILHO, 2011) capazes de assumir o conjunto de problemas aqui evidenciados em sua complexidade e totalidade, como objeto das nossas pesquisas e práticas junto à sociedade.

Conclusão

Até à segunda metade do século XIX, sobretudo, nos primeiros tempos da formação

histórico-territorial do Brasil, havia, em Recife, relações simbióticas entre o rio Capibaribe e a cidade, sob um contexto em que as classes sociais procuravam respeitar a natureza, inclusive aproximando-se das águas. Isso, mais por motivos de afetividade e recreação do que econômico, reforçando sentimentos de pertencimento ao ambiente.

Mais ou menos a partir da segunda metade do século XIX até os últimos anos do século XX, as classes hegemônicas (ricos produtores de açúcar, grandes comerciantes, etc.) começaram a desinteressar-se pelas águas fluviais, chegando mesmo a abandonar as margens do Rio, no âmbito de um processo de negação da natureza pelo qual se começou a esboçar, no espaço geográfico (urbano ou rural), nítida oposição entre água e cidade.

Entretanto, ao mesmo tempo em que as classes hegemônicas locais abandonavam aquelas áreas, parte significativa das classes subalternas – pobres – continuavam a ocupá-las, construindo seus territórios (palafitas, favelas, etc.), a partir dos quais teciam seus ambientes de vida.

A partir, sobretudo, do fim do século XX até os nossos dias, os terrenos urbanos próximos às águas a exemplo daqueles que se situam às margens do rio Capibaribe, passaram a se revalorizar em função dos interesses imobiliários e financeiros, no âmbito do processo global de valorização capitalista do espaço, o qual despertou

novamente o interesse das classes hegemônicas no sentido de reocupá-los.

Em outras palavras, desde então, promove-se, concretamente, a violação de territórios vividos removendo suas populações e, conseqüentemente, acelerando processos de gentrificação naqueles terrenos. Isso porque essas áreas têm sido objetos da execução de projetos urbanísticos, sob os parâmetros do *higienismo* agora reforçados pela força da racionalidade neoliberal; o que tem detonado diversos conflitos territoriais entre as territorialidades envolvidas, redesenhando uma situação de geopolítica interna em Recife.

Para resolver essa questão, propõe-se a revalorização da natureza, reaproximando-a da sociedade, tanto ao nível do pensar quanto ao da prática social, recuperando, enfim, as belas relações das águas com a vida das pessoas no espaço urbano local. Para isso, a força dos movimentos sociais pode fazer a diferença, na medida em que lutarem para que as populações, em sua totalidade, sejam efetivamente re-envolvidas nos seus ambientes de vida.

Agradecimentos

Agradecemos, em primeiro lugar, ao CNPq e à CAPES, pelas bolsas de pesquisa concedidas; bem como aos Professores Doutores Claude Raffestin (Université de Génève/Suíça) e Francesco Vallerani (Università Ca' Foscari di Venezia/Itália) com os quais temos estabelecido diálogos constantes sobre a temática ora abordada.

Esses diálogos ocorreram, sobretudo, no curso do ano de 2011 quando se teve a oportunidade de realizar um estágio pós-doutoral na Università Ca' Foscari e entre os meses de março e abril de 2014 quando se atuou naquela mesma instituição na condição de Professor Visitante.

Referências

- Andrade, Manoel Correia de. 1979. *Recife. Problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.
- Bauman, Zygmunt. 2011. *Vite che non possiamo permetterci. Conversazione con Citlali Rovirosa-Madrado*. Roma-Bari: Editori Laterza.
- Bevilacqua, Piero. 2011. *Il grande saccheggio. L'età del capitalismo distruttivo*. Roma: La Terza, 2011.
- Brasil. 1989. *A nova constituição da república federativa do Brasil 1988*. Rio de Janeiro: Editora Mandarino.
- Castells, Manuel. 1977. *La cuestión urbana*. Mexico: Siglo Veintiuno.
- _____. 2013. *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castilho, Cláudio Jorge Moura de. 2011. Nuevos rumbos del activismo sócio-espacial en RecifePE: Comunidad Josué de Castro. La esperanza de la construcción de un nuevo território, *Revista Eletrônica New Cultural Frontiers*, v.2, pp.63-86.
- _____. 2012. Construção de uma metodologia científica voltada aos espaços vividos dos movimentos socioterritoriais. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v.1, pp. 99-129.
- _____. 2013. Apontamentos para uma geografia social da cidade do Recife. In: GALVÍNCIO, Josiclêda Domiciano; SOUZA, Werônica Meira. *Mudanças climáticas e biodiversidade*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.
- Castro, Josué de. 1957. *Documentário do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- CAU/PE. *Por um projeto de cidade – Sugestões do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de*

Pernambuco (CAU). Projeto rios da gente – Navegabilidade do rio Capibaribe. www.caupe.org.br

Dardot, Pierre; Laval, Christian. 2013. *La nuova ragione del mondo. Critica della razionalità neoliberista*. Roma: DeriveApprodi.

Dorier-Apprill, Elisabeth. 2006. La géographie, les villes et l'environnement: débats épistémologiques et enjeux contemporains. In: DORIER-APPRILL, Elisabeth (sous la direction de). *Ville et environnement*. Paris: Sedes.

Freyre, Gilberto. 1986. Degradação dos rios do Nordeste. In: JATOBÁ, Lucivânio. *Estudos nordestinos de meio ambiente*. Recife: Editora Massangana.

Harvey, David. 2004. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola.

Lins, Rachel Caldas. 1986. Efeitos sociais da degradação dos rios do açúcar do Nordeste do Brasil. In: JATOBÁ, Lucivânio. *Estudos nordestinos de meio ambiente*. Recife: Editora Massangana.

Melo, Mário Lacerda de. 1978. *Metropolização e subdesenvolvimento. O caso do Recife*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.

Moraes, Antonio Carlos Robert. 1997. *Meio ambiente e ciências humanas*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec.

_____; Costa, Wanderley Messias da. 1984. *Geografia crítica. A valorização do espaço*. São Paulo: Editora Hucitec.

Raffestin, Claude. 1980. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Litec.

_____. Géographie et écologie humaine. 2008. <http://archive-ouverte.unige.ch>, 11/12/2012.

Recife. 2011. *Plano de desapropriação e reassentamento involuntário (PDRI)*. Segunda fase de intervenção do projeto capibaribe melhor – subsistemas viários A, B, C e urbanização da ZEIS Vila Esperança. Recife.

Revel-Mouroz, Jean. 1989. Présentation du thème: pour une géopolitique régionale et urbaine. In: REVEL-MOUROZ, Jean. (org.) *Pouvoir local, régionalismes, décentralisation. Enjeux territoriaux et territorialité en Amérique Latine*. Paris: IHEAL.

Torre, Salvo. 2013. *Dominio, natura, democrazia. Comunità umane e comunità ecologiche*. Milano-Udine: Mimesis Edizioni.

Veyret, Yvette. 2006. Ville et “nature” dans le monde occidental. In: DORIER-APPRILL, Elisabeth (sous la direction de). *Ville et environnement*. Paris: Sedes.

Vallerani, Francesco. 2013a. *Italia desnuda. Percorsi di resistenza nel Paese del cemento*. Milano: Edizioni Unicopli.

_____. 2013b. *Tra colli euganei e laguna veneta. Dal museo della navigazione al turismo sostenibile*. Venezia: Adria Muse/Adriatic IPA.

Villaça, Flávio. 1998. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.